

Construção, Reconstrução e Desconstrução

Rodrigo Straessli Pinto Franklin



Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Em 08 de janeiro de 2023, o Brasil assistiu atônito a cenas bizarras que pareciam ter saído de um filme de comédia de mau gosto. Uma massa disforme de torcedores da seleção (?)² invadia e destruía as sedes dos três Poderes com um objetivo que não era nem um pouco claro. Essas pessoas queriam derrubar o poder? Tomar de assalto as instituições? Implantar um

² Para não deixar dúvida sobre sua posição, a Confederação Brasileira de Futebol emitiu, no dia seguinte, uma nota oficial (no twitter?) repudiando com veemência o uso da camisa da seleção brasileira em atos antidemocráticos: “Estimulamos que a camisa seja usada para unir e não para separar os brasileiros”.

caos que só poderia ser superado por um golpe militar? De todo modo, a única coisa que elas conseguiram (além de serem presas) foi estabelecer um marco, uma data, que serviria para indicar nos livros de história o fim do governo Bolsonaro.

É claro que o conhecimento popular já reconheceu que a gestão do terceiro governo Lula (o assim chamado “Lula 3”) começou efetivamente após o resultado do pleito eleitoral em outubro de 2022 – consequência do profundo estado de letargia que passou a dominar o (des)governo então vigente. No entanto, a realidade de sua posse e a transição do poder foram o tempo todo postos em dúvida no submundo dos grupos de whatsapp bolsonaristas, que ainda alimentavam o “sonho” do retorno (ou permanência) de seu messias.

Daí o simbolismo do atentado aos três Poderes em janeiro deste ano. Por um lado, ele é um símbolo, uma “última tentativa” que representa todas as realizações do governo anterior (isto é, usar tudo ao seu dispor com o intuito de destruir a democracia no país). Por outro lado, ele marca, de fato, o início da desconstrução do fascismo no país – a partir daí, cabe ao governo Lula juntar os cacos do que restou e iniciar o processo de reconstrução do Brasil.

Para acabar com o fascismo remanescente e impedir o retorno da perspectiva autoritária nas eleições de 2026, o governo Lula precisará

ser bem-sucedido não só em superar o ódio, mas também em reativar as engrenagens da economia, recuperando o emprego e a renda. A estabilidade política nas democracias capitalistas depende do nível de consumo da classe trabalhadora. Por isso, garantir ao trabalhador emprego e uma renda suficiente para manter a si e a seus filhos de forma digna é importante para que a população compreenda de forma visceral que a democracia lhe apresenta uma perspectiva de futuro – ao contrário do projeto fascista.

A questão que precisamos avaliar é: como um governo de coalização tão ampla e contraditória pode atingir esse objetivo? Em outras palavras, como um governo que integra de liberais-conservadores a socialistas pode impulsionar uma agenda que, ao mesmo tempo, agrade a todos e gere as respostas que a sociedade procura?

Uma marca de todos os governos Lula é exatamente a preocupação (excessiva?) com a governabilidade (SINGER, 2012). Entretanto, se em Lula 1 e 2 tínhamos a sensação de que o governo jogava o bebê fora junto com a água do banho, em Lula 3 podemos captar indícios de que o governo se preocupa, sempre que possível, com o que é essencial, enquanto abre mão do que pode ser considerado como questões laterais ou como batalhas que já se iniciam perdidas. Vejamos a coisa mais de perto.

Um Brasil em desconstrução

Os primeiros esforços de Lula 3 centraram-se não em criar algo novo, mas em desconstruir um conjunto de mudanças feitas nos últimos anos que impuseram pesadas perdas para a população em geral e para a classe trabalhadora em particular. Uma série de

decretos e medidas provisórias, editadas ainda em seu primeiro dia de governo, incluíam medidas como: a reversão da política de armamento da população, a retirada de sigilos de 100 anos sobre informações relacionados ao governo anterior, e o início do combate ao garimpo ilegal – que posteriormente resultaria na Operação Yanomami, revelando o tamanho do desastre humanitário que havia se instalado no país.

A reversão da trajetória representada por esse “revogação” foi tão profunda que será difícil encontrar na história do Brasil alguma administração que tenha gerado tantos efeitos positivos em apenas um dia de governo. No entanto, há muita coisa ainda que desconstruir, muitas das quais não dependem apenas de uma canetada do presidente, mas de amplas articulações políticas envolvendo Executivo, Legislativo e Judiciário. E o problema reside no fato de que parte do apoio que o governo tem nos três Poderes é resistente à mudança.

Tomemos o teto dos gastos como exemplo. Mesmo após ter-se formado quase um consenso em torno de sua ineficácia, muitos ainda resistem em substituí-lo por outra coisa. A proposta do novo arcabouço fiscal elaborada pela equipe econômica do governo teve de levar isso em conta, e apresenta (dentro de uma política do possível) um conjunto de regras que incluem o uso da política fiscal para impulsionar a economia, mecanismos anticíclicos para momentos de crise, e o incentivo ao investimento público; tudo isso ao mesmo tempo que limita o crescimento dos gastos e se compromete com a geração de superávits primários.

Essa proposta tem soado tão mágica que gerou reflexos até mesmo no debate acerca da autonomia do Banco Central (BC) – outro tema muito caro para parcela de parlamentares que

aceitam negociar com o governo Lula. Por exemplo, Rodrigo Pacheco, presidente do Senado Federal e histórico defensor dessa bandeira, surpreendeu-se tanto com esse arcabouço fiscal “muito bem estruturado” e começou a argumentar que, apesar de autônomo, o BC deve levar em consideração as circunstâncias políticas e encaminhar para uma redução da taxa de juros (OLIVEIRA, 2023).

Uma área na qual o governo certamente encontrará mais resistência diz respeito à desconstrução da reforma trabalhista. O próprio vice-presidente Geraldo Alckmin já declarou, em várias ocasiões, que a reforma aprovada no governo Temer não será revogada por Lula. Algo, no entanto, precisará ser revisto a fim de reduzir a instabilidade que esse paradigma legal gera para a classe trabalhadora, e a falta de apoio político no momento pode explicar porque o governo tem evitado abordar esse assunto de modo mais enfático.

Um Brasil em reconstrução

Além de desconstruir esse Brasil bárbaro, autoritário e desigual, o governo tem despendido esforços para a reconstrução de medidas que já se mostraram bem-sucedidas no passado e que só foram canceladas ou para mergulhar deliberadamente o país em um caos ou para se afastar das marcas de um governo “comunista”.

O governo restaurou o Fundo Amazônia (Lula 2), conseguindo arrecadar até o momento mais de R\$ 5 bilhões de outros países para serem destinados à preservação ambiental e à promoção da sustentabilidade. Reestabeleceu o Bolsa Família (Lula 1), que exige das famílias atendidas por esse programa assistencial contrapartidas, como garantia de frequência

escolar, acompanhamento pré-natal e atualização vacinal. Reeditou programas como o Minha Casa, Minha Vida (Lula 2) e o Mais Médicos (Dilma 1).

Essa estratégia de reconstrução tem se mostrado como um caminho rápido de ser trilhado e com baixo custo político. Isso porque o governo pode adequar os aspectos mais polêmicos dessas medidas para não gerar rugas com seus aliados mais conservadores.

O Mais Médicos tem sido um exemplo disso. Criticado por setores conservadores e desinformados, o programa foi apontado como um meio de trazer “guerrilheiros” ao Brasil e de financiar “ditaduras” estrangeiras. Na atual reedição, o governo vem enfatizando que a prioridade será a de empregar médicos brasileiros, ao mesmo tempo em que tem se esquivado de comentar sobre a contratação de estrangeiros. Considerando que os médicos brasileiros sempre tiveram prioridade no programa, isso representa apenas um ajuste no discurso, mas nenhuma mudança prática.

Embora a reconstrução do Brasil neoliberal com foco no crescimento econômico possa parecer um avanço diante de um Brasil autoritário, recessivo e submisso aos interesses estrangeiros, é preciso observar que esse nunca foi o país de nossos sonhos. Resgatar a experiência que vivemos nos períodos dos governos Lula 1 e 2 (ou até mesmo nos governos Dilma) é apostar em uma estratégia que nos gerou dois grandes problemas.

Em primeiro lugar, foi exatamente esse cenário de alianças amplas e frágeis que favoreceu o surgimento do bolsonarismo no momento em que uma crise econômica minou o apoio popular do governo. Em segundo, nós já testemunhamos como as medidas conjunturais típicas de um arranjo neoliberal são

rapidamente solapadas no momento em que deixam de ser benéficas para os interesses da reprodução do capital.

Um Brasil em construção

O maior desafio que o presidente Lula enfrenta é exatamente a necessidade que tem de romper com seu passado, mostrando qual é, efetivamente, o público que entende como sendo sua base política e enfrentando problemas estruturais – que historicamente preferiu adiar.

A forma como a equipe econômica do governo tem apontado para o espinhoso tema da tributação como uma solução para a dita crise fiscal do Estado é uma indicação de que as questões estruturais estão em sua pauta. Historicamente, a reforma tributária no Brasil tem sido entendida como simplificação e redução de impostos, como se isso fosse gerar mais empregos por si só. Mas o governo Lula tem posto isso em xeque ao mirar nas renúncias fiscais como uma forma de recompor receitas. E, ainda, quando o ministro da fazenda, por exemplo, sugere a necessidade de eliminar a manobra dos Juros sobre Capital Próprio, ele sinaliza a disposição do governo de enfrentar os interesses de grandes grupos empresariais na construção de uma reforma tributária.

Mas acredito que a mais notória das proposições estruturais está sendo feita por meio da sua agenda internacional. Além de ter resgatado o protagonismo do país em tempo recorde – ofuscando o presidente em exercício antes mesmo da posse –, o governo não só restaurou uma posição neutra e pragmática (LIMA, 2023) como também tem colocado à mesa um dos debates mais significativos da

economia internacional desde Bretton Woods: a soberania do dólar como divisa internacional.

Se Lula for bem sucedido em eliminar o uso da moeda norte-americana na comercialização com nossos dois principais parceiros comerciais (Argentina e China), tal como tem proposto, isso não só ampliará nossa capacidade de importação como poderá mudar todo o jogo de forças da geopolítica mundial. A mudança da posição que o Brasil ocupa nesse cenário poderá ser muito benéfica para nossa trajetória de longo prazo.

De todo modo, muitas outras medidas estruturais precisam ser tomadas, tais como a consolidação de uma política de reajuste dos salários, a construção de uma educação inclusiva e transformadora, a regulamentação da mídia, o combate às *fake news* etc. Mas avançar nessas transformações requer um misto de paciência e capacidade de articulação política.

É sempre importante lembrar que a maioria dos representantes eleitos para o Congresso Nacional se consideram de direita ou conservadores. Muitos desses grupos só conseguiram integrar a base do governo Lula por verem em Alckmin não apenas um vice decorativo, mas uma verdadeira apólice de seguro. O fantasma do impeachment assombrará o governo Lula do início ao fim, limitando sua capacidade de ação.

A atuação dos movimentos sociais no sentido de pressionar o governo para a adoção de políticas mais populares é uma peça chave para ampliação do seu poder de barganha dentro da ampla coalizão política que o sustenta. Quanto mais a voz das ruas se fizer ouvir, mais fácil será para o governo construir as políticas necessárias para deixarmos para trás o autoritarismo e o obscurantismo. Por isso, o

atual contexto nos impõe um dever histórico: lutar por direitos é lutar contra o fascismo.

Referências

LIMA, Maria Regina Soares De. **A dialética da política externa de Lula 3.0**. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, n. 5, p. 79–95, 29 mar. 2023.

OLIVEIRA, Germano. **A demissão do presidente do BC é algo fora de cogitação, diz Rodrigo Pacheco**. Disponível em: <https://istoe.com.br/a-demissao-do-presidente-do-bc-e-algo-fora-de-cogitacao/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.